

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA PLENA

Tábata Larisse Amaral

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO: UM TRABALHO
TRANSDISCIPLINAR NA ESCOLA**

Santa Maria, RS
2017

Tábata Larisse Amaral

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO: UM TRABALHO
TRANSDISCIPLINAR NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Marcia Doralina Alves

Santa Maria, RS
2017

Tábata Larisse Amaral

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO: UM TRABALHO
TRANSDISCIPLINAR NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial.**

Aprovado em 12 de janeiro de 2017:

Prof.^a Dr.^a Marcia Doralina Alves (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Taís Guareschi

Prof.^a Esp. Betânia Marques de Moraes

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu para que tudo isso acontecesse, dando-me saúde e força para conseguir enfrentar as dificuldades nesses longos cinco anos.

Aos meus pais, Edson Morais Amaral e Marcia Magalhães Amaral, que sabiamente ofereceram-me um mundo de possibilidades, proporcionando minha chegada até aqui. Ao Emerson Raul Amaral, meu irmão amado que almeja meu sucesso. Obrigada pelo incentivo e apoio constantes de um sonho pessoal.

Ao meu namorado, Gustavo Queiroz Bulegon, companheiro de todas as horas, pelo carinho, compreensão, amor e solidariedade inefável, que incansavelmente esteve do meu lado nos dias bons e outros nem tanto.

A minha orientadora, Marcia Doralina Alves, um presente nessa reta final, por ampliar meu conhecimento nessa área, pela paciência, estímulo, competência e principalmente, por ter aceitado caminhar comigo nesta fase.

Aos meus amigos e familiares, que entenderam e sempre estiveram ao meu lado durante esse período difícil de esforços e correria para a conclusão desse artigo, dentre eles gostaria de citar alguns que sempre torceram pelo meu sucesso, principalmente dando força e auxílio para concluí-lo: Ivone Magalhães, Tilo Magalhães, Magda Magalhães, Camila Milessi, Aline R, Rudyaine Schmitz.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram de alguma forma a realização desta pesquisa, o meu singelo agradecimento.

As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.

(Jesica Del Carmen Perez)

RESUMO

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO: UM TRABALHO TRANSDISCIPLINAR NA ESCOLA

AUTORA: Tábata Larisse Amaral

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Marcia Doralina Alves

Com a atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, as escolas vêm sendo desafiadas a se reorganizarem em favor do processo de escolarização de todos os alunos. Desta forma, para que seja feita a inclusão de crianças com autismo é necessária que haja adaptação não só do ambiente, mas, também, do corpo docente das instituições que se propõem a atender esses sujeitos. Nesse sentido, o presente trabalho visa compreender de que forma se dá a inclusão do aluno com autismo no ambiente escolar, bem como a participação de professores em prol do desenvolvimento desta criança. Para tanto, o presente trabalho de conclusão de curso caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo: Estudar a respeito da inclusão de alunos com autismo na escola regular, problematizando a dinâmica de organização dessa escola para receber tais alunos. Diante do exposto, pergunta-se sobre a importância de um trabalho transdisciplinar na escola, a fim de que a entrada de diferentes profissionais constitua uma rede de apoio para o professor da sala de aula regular. Desse modo, esse estudo buscou compreender de que forma a criança autista poderá interagir com o meio escolar sem que o mesmo sofra através dessa inclusão, pois não basta só inclui-lo e sim a escola deverá procurar meios que favoreça sua aprendizagem e que a mesma seja de forma significativa e prazerosa.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Formação de professores.

ABSTRACT

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM: A TRANSDISCIPLINARY WORK WITH SCHOOL

AUTHOR: Tábata Larisse Amaral
ADVISER: Prof^ª. Dr^ª. Marcia Doralina Alves

With an Inclusive Education Policy, how schools have been challenged and reorganized in favor of the schooling process of all students. Thus, for inclusion of children with autism, it is necessary to adapt not to the environment, but also to the teaching staff of the institutions that intend to attend to these subjects. In this sense, the present work is seen for the form that gives the inclusion of the student with autism in the school environment, as well as a participation of teachers in favor of the development of this child. To this end, the present study is characterized as a bibliographical research whose objective is: To study a respect of the inclusion of students with autism in the regular school, problematizing a dynamics of organization of this school to receive such students. Of the above, one wonders about a value of a transdisciplinary work in the school, an end of which an entrance of different professionals constitutes a network of support for the teacher of the regular classroom. Thus, this study seeks to find out how a child can interact with the school environment without the same suffering from this inclusion, since it is not enough to include it only, but a school should look for ways that favor its learning and that the same Meaningful and enjoyable.

Key word: Autism. Inclusion. Teacher training.

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

| | |
|---------|---|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| DSM – 5 | Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais |
| TEA | Transtorno do Espectro Autista |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 11 |
| 2 PERCURSO INVESTIGATIVO | 12 |
| 3 REVISÃO DA LITERATURA | 13 |
| 3.1 A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS POLITICAS PÚBLICAS..... | 13 |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E COMPREENSÃO DE ALGUMAS ESPECIFICIDADES DO SUJEITO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA | 16 |
| 3.3 AUTISMO E A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL | 21 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 27 |

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo monográfico de conclusão de curso de graduação em Educação Especial diurno na Universidade Federal de Santa Maria, tem por objetivo elaborar um estudo científico a respeito de um tema de interesse, ou a partir de alguma variável que esteja relacionada à formação acadêmica. Tratando-se de uma revisão bibliográfica, busquei aporte teórico para minha análise nos estudos de Sibemberg (2011), Campanário (2008), Mitsumori e Amâncio (2005), Meira (2001), bem como em algumas legislações nacionais e internacionais que tratam da inclusão educacional no cenário internacional.

A escolha em abordar a temática do Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgiu de um trabalho a domicílio com uma menina diagnosticada com autismo, que para fins desse estudo, chamarei de Cecília. O interesse despertado para esta escrita deu-se a partir desse contato mais próximo com essa criança. Contribuíram também os dois anos de atendimento pedagógico com Cecília, juntamente com os suportes teóricos das graduações de Pedagogia, Educação Especial e Especialização em Psicopedagogia. Sendo assim, o trabalho pedagógico acima mencionado, bem como os aportes teóricos acadêmicos, serviram como balizas para a escrita deste artigo, buscando cada vez mais compreender a respeito do Transtorno do Espectro Autista.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é investigar e problematizar a inclusão de alunos com autismo na escola regular, bem como, discutir sobre o quanto a escola está aberta a novos desafios e possibilidades de trabalho para com esses alunos.

Apresentando de forma discreta esse trabalho, mantendo a privacidade da família através de um pedido da mesma, Cecília frequenta um escolar particular da cidade de Santa Maria, hoje encontra-se no maternal 3, diante disso iniciei com um trabalho voltado as funções cognitivas (atenção, percepção, memória, raciocínio, pensamento, linguagem, desenvolvimento e capacidade motora, área emocional: afetiva e social). No que se refere à questão pedagógica, Cecília respondeu às expectativas previstas para sua faixa etária. Quanto à sua socialização, demonstrou um avanço ainda maior, desejando estar junto de outras crianças, criando jogos e cenários na brincadeira.

A partir disso, inspirada em Cecília, confrontei-me com questionamentos sobre a forma como acontece a inclusão de alunos com autismo nas escolas. Outra indagação refere-se ao conhecimento de alguns professores sobre o TEA e como esse conhecimento poderá contribuir para que a aprendizagem destes sujeitos seja satisfatória. Buscando tencionar essa questão, pergunta-se: até que ponto a escola está preparada para receber profissionais, como por exemplo, educadores especiais, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros, que poderão contribuir para que este processo de adaptação e inclusão aconteça?

Destaco também que a aprendizagem não se dá somente por parte do estudante, mas com todos os personagens envolvidos, sendo eles: pais, professores, escola e outros profissionais.

Para ampliar esta discussão, a educação inclusiva pressupõe que a escola deverá atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas, sendo que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Sendo assim, grifo que a escola inclusiva é um espaço em que todos os estudantes têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas, desta forma destaco a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O artigo está dividido em três capítulos: o primeiro tratará sobre a inclusão de alunos com Transtorno Espectro Autista dentro do ambiente escolar, juntamente às leis que o ampara; no segundo capítulo, será apresentada a parte histórica do autismo, contando quando se utilizou o termo autismo pela primeira vez e os

principais pesquisadores referente ao assunto, como também uma análise sobre as limitações da comunicação do autista e a dificuldade de socialização com outras crianças; já o terceiro capítulo trata sobre a formação docente diante da inclusão juntamente ao apoio escolar em prol da qualidade do ensino.

Desta forma, a inclusão pressupõe uma escola que se ajuste a todas as crianças, frisando que o espaço escolar tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o saber, os sentidos das coisas, seus anseios e emoções, a discutir e a trocar experiências.

Portanto, a escola tem um compromisso de introduzir o seu aluno em mundo social e cultural, independentemente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade.

1.1 OBJETIVO GERAL

Estudar a respeito da inclusão de alunos com autismo na escola regular, problematizando a dinâmica de organização dessa escola para receber tais alunos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a temática do autismo, relacionando prática e teoria;
- Proporcionar aos estudiosos da área algumas reflexões teóricas sobre o autismo;
- Instigar os profissionais da educação e áreas afins na busca de conhecimentos sobre como se constitui o sujeito com autismo, bem como estratégias de intervenção.

2 PERCURSO INVESTIGATIVO

Para a elaboração desta escrita, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseada em informações coletadas por estudiosos que trabalham com o tema da inclusão de alunos com autismo na escola. A busca se dará em livros, trabalhos acadêmicos, trabalhos de Conclusão de Curso e conteúdos online. Sendo assim, Fonseca caracteriza que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p.32)

Partindo do material acima elencado, a revisão bibliográfica sobre a temática em questão auxiliará na busca de referenciais sobre o Transtorno do Espectro Autista, contribuindo assim para o enriquecimento e compreensão da temática a que se refere esse trabalho de conclusão do curso.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Atualmente muito se fala a respeito da inclusão educacional, mas até que ponto se sabe a respeito disso? Será que compreendemos o verdadeiro significado da palavra inclusão? O que leva as pessoas a terem entendimentos e significados tão diferentes?

Conforme consta no dicionário da língua portuguesa, inclusão é: *“ação ou efeito de incluir-se”*. Olhando por esse viés, percebe-se que o termo inclusão já traz implícita a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído de um determinado lugar.

Nos dias de hoje, falar sobre a inclusão é algo polêmico envolvendo diferentes segmentos educacionais. É um movimento de luta das pessoas com deficiências, as quais buscam incansavelmente pelos seus direitos e lugar na sociedade.

Partindo disso, o real sentido a palavra inclusão tomou força com a Declaração de Salamanca, em uma Conferência Mundial da UNESCO, na cidade de Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, onde foi aprovado que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1.).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96, apresenta um capítulo para a Educação Especial,

CAPÍTULO V
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Em relação ao público alvo da Educação Especial, a qual tem por objetivo garantir um ensino de qualidade a todos esses alunos. Diante disso, é considerado público alvo da Educação Especial:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade

Deste modo, garante-se:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.(BRASIL, 2008, p.14).

Ao nos depararmos com as escolas, percebemos a complexidade em receber esses alunos, pois envolvem mais do que basicamente incluí-lo: é necessário tanto adequar o espaço físico quanto reestruturar o sistema de ensino. O que acaba exigindo dos professores apresentarem novas estratégias pedagógicas, como reavaliar a maneira em que esse aluno será avaliado. De outra forma, não basta fazer essas modificações sem que se olhe para esse sujeito e perceber até onde ele está pronto para aprender.

A partir do momento em que a escola começar a preocupar-se com seu aluno diante de suas especificidades, e que as inclua de modo que esse aluno seja visto como um sujeito em constante mudança, disposto a aprender, só então, saciarão a necessidade desses alunos. Também a busca por um local onde poderão socializar e aprender no seu cotidiano e estabelecendo autonomia diante de suas vivências, e o mais importante: que exista um movimento geral de todos os envolvidos no contexto escolar amenizando a angústia e removendo barreiras para uma trajetória de aprendizagem.

Com isso, vale ressaltar que além dos ajustes da instituição, o estudante deverá estar assegurado ao atendimento educacional especializado que dará total suporte para facilitar o acesso ao currículo escolar, garantindo assim uma aprendizagem continuada.

Diante disso, o AEE tem por finalidade facilitar o espaço de escolarização dos alunos através de práticas e planejamentos diferenciados, materiais didáticos, como também orientar o professor diante das dúvidas encontradas. Com isso, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estão estabelecidas as diretrizes do AEE, uma modalidade de ensino da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de

acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16).

São evidentes tamanhas mudanças no que diz respeito a: gestão escolar, comprometimento familiar, políticas de inclusão e acessibilidade social. No entanto, a sociedade precisa estar preparada para essas alterações, conforme afirma Guimarães (2003, p. 44): “A inclusão é um processo cheio de imprevistos sem fórmulas prontas e que exige o aperfeiçoamento constante”.

Pensar em uma sociedade igualitária é reafirmar que a inclusão é um processo necessário, o qual requer investimento e comprometimento, principalmente do apoio do governo com recursos materiais. Só assim, todos terão os mesmos direitos e deveres, independentemente de suas deficiências ou necessidades.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E COMPREENSÃO DE ALGUMAS ESPECIFICIDADES DO SUJEITO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para descrever um grupo de sintomas que estavam relacionados à esquizofrenia. Grinker (2010), ao se referir às postulações de Bleuler, diz que esses pacientes eram desapegados de tudo, com exceção de seu mundo interior.

Em 1944, o médico Leo Kanner desenvolveu suas pesquisas sobre o autismo no hospital americano da John Hopkins University (EUA). Em seu artigo, nomeou o autismo como *autistic disturbance of affective contact*, (Distúrbio Autístico do Contato Afetivo), publicado na revista *The Nervous Child*. Nesse artigo, Kanner descreve o caso de onze crianças que, segundo ele, apresentavam seu desenvolvimento psicomotor e afetivo comprometido. O autor descreve o autismo como uma síndrome única. Para Kanner a desordem fundamental é a incapacidade dessas crianças de se relacionarem com outras pessoas desde o início da vida.

O primeiro trabalho científico publicado e reconhecido internacionalmente, descrevendo um conjunto de sintomas recebeu o título de “distúrbio autístico do contato afetivo” e foi realizado por Kanner (1943). Esse autor descreveu os casos de crianças que apresentavam como características em comum, a inabilidade para desenvolver relações interpessoais, extremo isolamento, atraso no desenvolvimento da linguagem e uso não comunicativo da mesma, repetições de simples padrões de atividade com determinado brinquedo e a presença de habilidades isoladas. Kanner

reconheceu também que existiam diferenças individuais nos casos descritos, porém dois traços foram sistematicamente encontrados: isolamento e insistência obsessiva na repetição (GOLDBERG, 2002, p. 6-7).

A partir de 1978 o autismo passou a ser desvinculado da esquizofrenia, pois segundo Sibemberg (2011, p. 97), ao fazer referência aos estudos desenvolvidos por Kanner em 1943, “o isolamento extremo, a indiferença frente ao outro e o início precoce eram, para Kanner, sintomas suficientes para diferenciar esse quadro da esquizofrenia infantil”. Diante disso, com o passar dos anos, pesquisas referentes ao autismo foram evoluindo, passando a descrevê-lo como Transtorno do Espectro do Autismo, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, O DSM – 5 (2013). Nesse tratado, o autismo passa a ser visto por um conjunto de vários graus de comprometimento dos sintomas. Entre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais leve.

Nesse sentido, segundo o DSM-5 os critérios diagnósticos para o Transtorno do Espectro Autista são:

A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada à anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.

3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

Especificar a gravidade atual:

A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos.

B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípicas motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).

2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).

4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

Especificar a gravidade atual:

A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento.

C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).

D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.

Sendo assim, ao refletir sobre o modo como é pensado e realizado o processo diagnóstico do autismo, considerando os critérios que são utilizados, não se pode negar que o diagnóstico tem a sua importância, no entanto vale destacar que deve ser considerada a singularidade de cada sujeito.

Diante da realização do diagnóstico, não se deve perder de vista o processo do amadurecimento de cada indivíduo, a fim de compreender como aconteceu seu desenvolvimento, investigando em que momento determinada dificuldade surgiu.

Portanto, o processo do diagnóstico não deve ter a função de classificar a criança em “normal” ou “anormal”, e sim avaliar quais as dificuldades que a criança está apresentando, e ajudá-la a melhor maneira a superá-las.

Nesse sentido, atua a lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, sendo especificamente para os autistas e que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. Segundo o Art. 3º, são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

IV - o acesso a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Hoje se considera que as características do autismo podem surgir desde os primeiros meses de vida, e embora as causas do autismo ainda sejam desconhecidas, sabe-se que o autismo está ligado a causas genéticas e associadas a fatores ambientais. Entretanto, não se negligência o fato de que é necessário um diagnóstico precoce, a fim de iniciar-se uma intervenção terapêutica, em busca de uma melhoria nos resultados para essas crianças.

Conforme o DSM-5, o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento infantil, caracterizado por dificuldade na interação social, atraso na comunicação ou ausência total do desenvolvimento da fala, comportamentos repetitivos e interesses restritos, podendo apresentar também sensibilidades sensoriais.

Em relação às suas atividades e interesses, os autistas são resistentes às mudanças e costumam manter rotinas e rituais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o autismo é definido como um:

[...] distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, e três vezes maior se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MANTOAN, 1997, p. 13).

Sendo assim, ninguém escolhe a forma em que vai nascer e no caso do autismo sempre terá suas dificuldades presentes. Porém, para facilitar sua interação é necessário que o sujeito seja estimulado da forma mais criativa possível, observando suas formas de comunicação, seja ela por expressões faciais ou corporais, pois só assim será possível viabilizar o que ele está querendo mostrar. Nesse sentido, Silva destaca que:

As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas buscam contatos sociais, mas não sabem o que fazer para mantê-los. O olhar nos olhos é o primeiro passo para mostrarmos intenção de se comunicar, porém, as crianças com autismo tendem a fazer pouco contato visual, elas não conseguem olhar nos olhos das pessoas, criando assim uma barreira na relação social. (SILVA, 2012, p. 25-26).

Referente à linguagem, as crianças com autismo podem apresentar uma grande variação. Essa variação poderá depender do desenvolvimento social e intelectual, pois algumas crianças apresentam alguns problemas ao nível da fala, como por exemplo: falar na terceira pessoa, alteração no timbre, entonação, velocidade e ritmo. A esse respeito, Campanário (2008) apud Kanner (1971) é pontual ao dizer que:

Kanner (1971 [1943]; 1946) descreveu muito bem as características da linguagem da criança autista: o “eu” e o “sim” estão ausentes. Até o 6º ano, “você” ou o “tu” são usados no lugar do “eu” (inversão pronominal). O “sim” é indicado pela repetição da pergunta (afirmação por repetição). Há pronúncias idiossincráticas, repetição de frase sem contexto (ecolalia diferida), como, por exemplo, repetição de propagandas de televisão. Podem emitir melodias rítmicas sem qualquer sentido, porém com caráter expressivo. (CAMPANÁRIO, 2008, p. 46 – 47).

Tendo em vista as características acima elencadas, percebe-se o quão difícil é para esse sujeito com autismo inserir-se em um mundo que padroniza os comportamentos, estabelecendo padrões para o que é ou não adequado. Sendo assim, deve-se pensar que esses sujeitos têm os mesmos direitos de agir, sentir e expor suas emoções. Com isso, Feldman destaca:

Aceitar o outro significa permitir-lhe ser quem é e considerá-lo um indivíduo único e valioso por seu próprio mérito, ainda que ele encare a vida e seus problemas de forma diferente da nossa. Eis o desafio: aceitar a alteridade ou condição do que é outro, daquele que é diferente de nós em seus sentimentos, atitudes, crenças, valores, comportamentos. (FELDMAN, 2004, p. 68).

Nesse sentido, a criança autista não precisa ser ou estar isolada apenas porque não atende a algumas exigências sociais, pelo contrário, é indispensável que essas crianças usufruam de todos os lugares, seja na escola, mercado, *shopping*, etc. É necessário, portanto, que esses ambientes estejam de certa forma, preparados para atender às especificidades destas crianças, as quais serão auxiliadas para o bom desenvolvimento de habilidades e bem estar.

3.3 AUTISMO E A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Atualmente a escola é a peça chave para a produção do sujeito, é ela que é capaz de oferecer-lhes condições de uma aprendizagem significativa, estimulando a realização pessoal e transformação social. Por outro lado, sabemos que o processo de aprendizagem não é uma simples transmissão de informação, e sim uma constante mudança entre os diferentes paradigmas do conhecimento.

Quando discutimos sobre a inclusão, diretamente recaímos sobre o papel do professor frente a esse processo, tendo em vista que é ele quem estabelece o contato direto com o aluno e, portanto, é um dos principais transmissores do conhecimento. Por outro lado, questiona-se, se o ensino se dá somente por parte do professor ou de todos os profissionais envolvidos na escola. Conforme pontuam Mitsumori e Amâncio, ao se referirem a Sebba e Ainscow em citação de Warwick:

A educação inclusiva descreve o processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo e reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para melhorar a igualdade de oportunidades. Através desse processo, a escola constrói a sua capacidade de aceitar todos os alunos (...) e, fazendo isso reduz a necessidade de excluir os alunos. (MITSUMORI; AMÂNCIO, 2005, p. 97 – 98).

Para tanto, destaco que a escola conta com apoio de todos os membros da equipe escolar, desde diretor, professores, pedagogos, educadores especiais, entre outros profissionais que apresentam papéis específicos. Diante de toda essa estrutura de profissionais, o trabalho só vai ser eficaz quando for um trabalho em conjunto, quando houver apoio de todos os envolvidos, tendo como único objetivo proporcionar aos alunos, sem exceção, um ensino de qualidade.

Desta forma, o (a) diretor (a) tem um papel importantíssimo, uma vez que é o principal mediador na escola. É ele (a) que deve envolver-se nas reuniões pedagógicas, desenvolver ações que sejam voltadas às necessidades dos alunos, que pense e problematize as adequações curriculares, quando necessárias. Vale lembrar a necessidade de criar uma rede de apoio como, por exemplo, buscando profissionais externos que poderão dar suporte aos docentes e às atividades diferenciadas.

Nesse sentido, a escola deve encontra-se aberta para receber alunos com necessidades educacionais especiais, e essa passar a reconhecer e dar um lugar de pertencimento a esses sujeitos. Assim sendo, o aluno passará a usufruir de todos os recursos que a escola venha a oferecer. Dessa forma, entende-se que o professor precisa estar aberto e se permitir trabalhar com as diferenças, levando em conta a singularidade e as especificidades dos alunos, deixando de olhar apenas para o deficit, a falta, passando a perceber as potencialidades desses sujeitos. Olhando por esse viés, Freire destaca que:

[...] Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da “paixão” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar. (FREIRE, 1996, p. 31)

Quando pensamos na criança com autismo que está prestes a se inserir em um meio escolar, a escola precisará oferecer a esse sujeito atendimentos especializados, sendo de suma importância que esse aluno tenha um profissional da área da Educação Especial acompanhando-o dentro da sala de aula comum e na sala de recursos multifuncional. São esses profissionais que poderão contribuir de forma significativa com a aprendizagem desse aluno. Buscando diferentes estratégias de ensino, materiais e recursos disponíveis na escola, fomentando o interesse da criança e estimulando-a ao ensino e à aprendizagem.

Diante disso, a escola, muitas vezes, deverá indicar aos pais outros profissionais como: fonoaudiólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, os quais poderão atender as demandas da criança com autismo e obter melhorias em seu desenvolvimento sociocognitivo. Nesse sentido, Schmidt declara que:

Trocas transdisciplinares constantes entre equipes e professor estariam municiando a escola com as informações que contribuíram com a qualificação de experiência educacional do aluno com autismo. Ao mesmo tempo, o professor poderia colaborar com tal equipe oferecendo prestimosas informações sobre o dia a dia deste aluno, seus comportamentos e aprendizagens, sem perder seu referencial pedagógico. (SCHMIDT, 2013, p.20)

Sendo assim, o processo de inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular é um processo de longa caminhada, que necessita paciência de todos

envolvidos. Como também que aconteça a troca de ideias entre esses profissionais, e que de certa forma contribuam para a melhoria da criança. Até porque só a partir do momento que houver um trabalho em equipe, será um trabalho de qualidade, e diante da formação de cada profissional auxiliarão na compreensão desse sujeito.

Muitas vezes, a criança com autismo diante do convívio com outras crianças, poderá apresentar comportamentos agressivos tanto com os professores quanto com os colegas. Tal atitude poderá ser a resposta para a angústia e sofrimento de não ser compreendido. Caberá ao professor intervir e iniciar o processo de inclusão com toda a turma, pois conforme Meira:

O professor "inclusivo" deve saber acerca das diferentes posições subjetivas que uma criança ou adolescente podem vir a constituir, para poder entender de que lugar esta criança fala ou não, e em que lugar ele é colocado, transferencialmente, por ela. E, a partir daí, em que lugar a aprendizagem se insere. (MEIRA 2001. P. 47)

Sendo assim, o papel do professor é tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as especificidades deste aluno, pois é ele um dos grandes responsáveis pela efetivação ou não deste sujeito em seu processo de inclusão. Só assim a aprendizagem desse aluno terá sentido, ou seja, a partir do momento em que o professor enquanto mediador puder significar o mundo para esse sujeito.

É importante que o professor identifique as dificuldades existentes e investigue o nível de desenvolvimento de cada um, para que dessa forma ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados. É importante ressaltar que muitas vezes o professor irá se deparar com o aluno recusando-se a participar de atividades em grupo. Caberá a esse professor ser sensível a fim de incluir o aluno no convívio com seus colegas e na escola como um todo, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e a aprendizagem.

No que se refere à prática do professor frente a alunos com autismo, esse deverá conhecer as características e dificuldades que esse transtorno apresenta, bem como noções sobre o desenvolvimento infantil e a constituição psíquica, pois só assim ele poderá planejar suas ações de modo a favorecer a aprendizagem e a potencialização das capacidades dos seus alunos.

Salienta-se que uma das maiores dificuldades dos professores diante da educação inclusiva é não aceitarem trabalhar com a diferença em sala de aula.

Nesse sentido, percebe-se que muitos sentem dificuldade e insegurança em transmitir conhecimento para alunos com condições de aprendizado diferentes. Além disso, é comum ouvir de profissionais da educação que os mesmos não tiveram preparação para tal situação, ou até mesmo não optaram por ter durante suas graduações.

O dia a dia da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diferença dos alunos. Deve existir uma reorganização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, dos agrupamentos dos alunos e dos tipos de atividades a serem aplicadas. Mantoan afirma que:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p. 120)

Ainda há muito a ser conquistado no que se refere à formação do professor, pois muitas das formações não condizem com a proposta inclusiva. Por outro lado, até que aconteça uma reformulação na grade curricular das graduações, assim como novas mediações nas leis, o professor deve ter disposição para trabalhar com a singularidade, abrindo mão da sala de aula 'ideal', e assim podendo lidar com as diferentes posições que seus alunos possam vir a construir.

Para tanto, o professor deve ser um constante pesquisador, indo muito além da sua intervenção prática. Ele precisa observar seu aluno, refletindo sobre as suas práticas escolares, deverá levar em conta como se dá a relação do aluno com autismo e seus colegas, bem como com os demais professores. Necessitará, ainda, compreender de que maneira evolui sua aprendizagem, tudo isso a fim de intervir de uma forma mais eficaz nos aspectos educacionais que necessitem ser mais trabalhados e mediados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender e aprofundar aspecto relacionado ao Transtorno do Espectro Autista, cujo objetivo principal é discutir de que forma se dá a inclusão desses alunos no ambiente escolar, bem como acontece a aprendizagem nesse contexto. Desta forma, para que de fato aconteça uma educação inclusiva, juntamente ao processo de ensino, deverá acontecer uma aprendizagem de maneira significativa, a fim de que possamos chamá-la, verdadeiramente, de Educação Inclusiva.

Hoje, no Brasil, a política de inclusão escolar é reconhecida a partir do direito de todos os alunos frequentarem a rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Mediante as políticas educacionais as escolas devem estar aptas a receber esses alunos. Nesse sentido, todos os alunos com algum tipo de deficiência deverão estar amparados perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96.

Sabe-se que tratar de Inclusão Escolar ainda é algo muito complexo, pois não há um único método ou fórmula pronta no que se refere à proposta inclusiva, porém, não se pode negar que o projeto de inclusão escolar cresce a cada ano, sendo assim, garantir uma educação de qualidade para todos também faz parte desse crescimento. A constante busca por uma qualidade de ensino para essas crianças é gritante e a falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator definitivo para a não inclusão do aluno com deficiência em classe regular.

No entanto, é indiscutível o apoio da escola mediante a inclusão desses alunos, pois são eles os grandes motivadores para que de fato aconteça um ensino colaborativo, como também participem da atuação dos professores em sala de aula. Destaca-se também a forma como essas aulas poderão ser ministradas, com um olhar mais rigoroso e não permitindo que esses profissionais prendam-se a metodologias e técnicas pré-determinadas. Sendo assim, as escolas devem avaliar e reavaliar suas propostas de ensino, bem como desenvolver novas propostas inclusivas que favoreçam o público da Educação Especial.

Por fim, a escola deve estar preparada e disposta a compreender seu aluno com autismo, observando seus limites e ajudando-o a evoluir em sua singularidade. Portanto, o sistema educacional deve adequar-se aos seus alunos, priorizando um

trabalho transdisciplinar, pois, com a ajuda dos especialistas envolvidos no processo terapêutico, o desenvolvimento destas crianças poderá ser impulsionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade, In: Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais (Trad.de E. A. da Cunha), 2ª ed. Brasília; CORDE,1997.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 – Lei que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMPANÁRIO, Isabela Santoro. **Espelho, espelho meu:** a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves. Salvador, BA: Ágalma, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 de out.2016

FARIA, Leonardo (Org.). 19 frases inspiradoras sobre o autismo retiradas das redes sociais. **Revista Meu Cérebro**, Brasil, 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://meucerebro.com/19-frases-inspiradoras-sobre-o-autismo-retiradas-das-redes-sociais/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FELDMAN, Clara. Encontro: uma abordagem humanista. Belo Horizonte: Crescer, 2004.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOLDBERG, Karla. **A percepção do professor acerca do seu trabalho com crianças portadoras de autismo e síndrome de down:** um estudo comparativo. 2002. 57 p. Dissertação de Mestrado (Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia, Porto Alegre - RS, 2002.

GRINKER, R.R. **Autismo**: um mundo obscuro e conturbado. São Paulo: Larousse, 2010, P. 55.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 165, p.43-47, set. 2003.

LUFT, Celso Pedro, 1921-1995. **Minidicionário Luft**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MEIRA, Ana Marta Golzer. **Contribuições da psicanálise para a educação inclusiva**. In: **Escritos da criança**, Centro Lydia Coriat, Porto Alegre, 2001, p.41 – 51.

MITSUMORI, Nanci; AMÂNCIO, Valéria. **O aluno não é só da professora, é de toda a escola**: construindo uma educação inclusiva. In: COLLI, Fernando Anthero Galvão; KUPFER, Maria Cristina Machado (Orgs). **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida, 2005, p.97 – 108.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando à reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso: 29 out. 2016

SCHMITD, C. (Org). **Autismo**: Educação e transdisciplinariedade. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

SIBEMBERG, N. Autismo e psicose infantil: o diagnóstico em debate. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (orgs.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011, p.93-101.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mundo singular**: entenda o autismo / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.